

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - CMADS

REQUERIMENTO N.º DE 2009
(Da Senhora Rebecca Garcia)

Solicita Audiência Pública com a presença do Ministro do Meio Ambiente, Sr. Carlos Minc, do Superintendente de Meio Ambiente do BNDES, Sr. Sérgio Eduardo Weguelin Vieira, do Diretor Executivo da Fundação Amazônia Sustentável, Sr. Virgílio Vianna, do Pesquisador da Gordon and Betty Moore Foundation, Sr. Daniel Nepstad e do Coordenador do Instituto Virtual de Mudanças Globais da COPPE/UFRJ, Sr. Luiz Pinguelli Rosa.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro a Vossa Excelência Audiência Pública nesta Comissão com a presença do Ministro do Meio Ambiente, Sr. Carlos Minc, do Superintendente de Meio Ambiente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Sr. Sérgio Eduardo Weguelin Vieira, do Diretor Executivo da Fundação Amazônia Sustentável, Sr. Virgílio Vianna, do Pesquisador da Gordon and Betty Moore Foundation Sr. Daniel Nepstad, e do Coordenador do Instituto Virtual de Mudanças Globais da COPPE/UFRJ, Sr. Luiz Pinguelli Rosa.

JUSTIFICATIVA

Nos dias 1º a 4 de abril de 2009, reuniram-se em Cuiabá cerca de 1500 pessoas, incluindo cinco Governadores de Estados da Amazônia, um Governador de Departamento do Peru, um Governador de Departamento Autônomo da Bolívia, Deputados Estaduais, Empresários, produtores rurais, povos indígenas, comunidades locais, populações tradicionais, movimentos sociais, etc. no XIV Encontro do Grupo Katoomba, visando discutir propostas e experiências para redução das emissões de carbono pelo desmatamento e degradação ambiental (REDD), através de mecanismos de pagamento e compensação por serviços ambientais. Neste evento foram definidas um conjunto de recomendações ao

Governo Brasileiro para condução do tema das mudanças climáticas, tanto em nível nacional quanto no contexto da Conferência das Partes (CoP), cuja próxima reunião será realizada este ano em Copenhagen, sendo imprescindível a definição da posição brasileira sobre o tema.

O Encontro reiterou estudo apresentado no Evento: Amazônia em Perspectiva, ocorrido em novembro próximo passado em Manaus, cujos resultados apontam que as leis ambientais brasileiras são incompatíveis com a realidade da Amazônia e não bastam para controlar a destruição da floresta. Segundo Daniel Nepstad, pesquisador da Gordon and Betty Moore Foundation, que trabalha há décadas na região: “é impossível ser legal hoje na Amazônia”. Segundo ele, na prática, não adianta só punir aqueles que descumprem a lei. Além disso, é preciso compensar e premiar aqueles que conservam a floresta e se esforçam para trabalhar na legalidade.

Cientistas defendem a criação de um sistema compensatório por Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD), que está sendo proposto como ferramenta de apoio ao novo acordo climático que vai substituir o Protocolo de Kyoto a partir de 2013. No sistema REDD, proprietários de terras - inclusive agricultores, pecuaristas e madeireiros - receberiam incentivos financeiros para não desmatar, como pagamento pela manutenção do carbono que está estocado na vegetação e que seria emitido para a atmosfera caso a floresta fosse derrubada. Nesse ponto, a proposta esbarra num dilema ético, que seria dar dinheiro aos desmatadores para cumprir a lei - conceito que é criticado por outros pesquisadores.

Sem esse tipo de incentivo, porém, muitos defendem que a lei jamais será cumprida. “O Brasil tem leis excelentes, mas que extrapolam a nossa realidade. Quem se legaliza é penalizado, porque está sempre em desvantagem com relação aos ilegais”, disse ao Estado o pesquisador Britaldo Soares Filho, da Universidade Federal de Minas Gerais.

O diretor da Fundação Amazônia Sustentável, Virgílio Viana, foi além. Disse que é preciso “ter coragem” para fazer uma revisão profunda da legislação - sem reduzir a reserva legal, mas criando alternativas de sustentabilidade econômica e social que valorizem a manutenção da floresta em pé. “Temos o costume de dizer que o Brasil tem as melhores leis do mundo, só falta cumpri-las. Eu discordo”, disse Viana. “A partir do momento que a lei não serve para ordenar o comportamento humano, ela deixa de ser inteligente, torna-se irreal. Precisamos de um choque de bom senso.”

Dante do exposto, solicito Audiência Pública nesta Comissão, com a presença dos convidados acima citados para discutir a importância dos mecanismos de REDD para a promoção do desenvolvimento sustentável e

conservação ambiental da região amazônica, com contribuições significativas para minimização dos efeitos das mudanças climáticas globais.

Sala das Comissões, 08 de abril de 2009.

REBECCA GARCIA
Deputada Federal (PP-AM)